

O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO DO MUNDO E A PERMANÊNCIA DO COLONIALISMO NA AMÉRICA LATINA: UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA DE IMMANUEL WALLERSTEIN

*THE PHENOMENON OF GLOBALIZATION OF THE WORLD AND
THE STAY OF COLONIALISM IN LATIN AMERICA: A READING FROM
IMMANUEL WALLERSTEIN'S WORK*

Gilmar Antonio Bedin^I 

Jacson Bacin Vicente^{II} 

^I Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. Doutor em Direito. E-mail: gilmarb@unijui.edu.br

^{II} Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil. Doutor em Direito. E-mail: jacsonvicente@upf.br

Resumo: O fenômeno da globalização produziu uma transformação profunda na configuração do mundo. Este fato gerou a unificação do planeta e a ampliação do sistema-mundo para todos os lugares e para todos os indivíduos, embora com intensidade e em graus diversos. Neste contexto, o presente artigo pergunta se este fato superou a estrutura colonial existente na modernidade entre os países do centro e da periferia do planeta. A resposta é negativa. Esta resposta fica ainda mais evidente quando a reflexão é feita como base nas formulações teóricas de Immanuel Wallerstein. Neste sentido, é possível dizer que o que ocorreu nas últimas décadas foi, de fato, apenas a mudança de sua forma e de seu modus operandi. O resultado é a perpetuação do sistema histórico de exploração. Por isso, continua atual a luta pelo desenvolvimento autônomo, por exemplo, da América Latina. O método de pesquisa utilizado foi o compreensivo e a técnica a de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Dependência. Direitos Humanos. Globalização. Colonialismo. Sistema-mundo.

Abstract: The phenomenon of globalization has produced a profound transformation in the configuration of the world. This fact generated to the unification of the planet and the expansion of the world-system to all places and to all individuals, albeit with intensity and in divers degrees. In this context, this article asks whether this fact has overcome the colonial structure existing in modernity between the countries of the center and the periphery of the planet. The answer is negative. This answer is even more evident when the reflection is based on the theoretical formulations of Immanuel Wallerstein. In this sense, it's possible to say that what happened in the last decades was, in fact, only the

DOI: <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v16i39.336>

Recebido em: 03.03.2021

Aceito em: 28.06.2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

change of its form and of its modus operandi. The result is the perpetuation of historical exploitation system. Therefore, remains current the struggle for autonomous development, for example, of Latin America. The research method used was the comprehensive and the technique of bibliographic research.

Keywords: Dependence. Human Rights. Globalization. Colonialism. World-system.

Introdução

A configuração do mundo como um sistema global é um dos mais significativos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas três ou quatro décadas. Por isso, constitui-se, em si mesmo, um marco simbólico-referencial indicativo da emergência de uma nova e complexa fase da história humana. Além disso, o fenômeno da globalização possui um alcance planetário e uma conformação abrangente. Por isso, o fenômeno da globalização constitui um momento de grande transformação do mundo atual, em que há a unificação do planeta e a ampliação do 'sistema-mundo' para todos os lugares e para todos os indivíduos, embora com intensidade e em graus diversos. Assim, é possível dizer que "a Terra tornou-se um só e único 'mundo' e que assistimos uma refundição da 'totalidade-terra'" (SANTOS, 1997, p. 48).

Desta forma, é possível perceber que os homens, após terem construído sólidas identidades nacionais e projetos circunscritos por fronteiras territoriais fixas, passam agora a delinear uma aventura de dimensões planetárias. Daí, portanto, a percepção de que o mundo se tornou um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram rapidamente o caráter de questões mundiais ou globais.

Neste sentido, é importante apontar também que, tanto quanto os últimos séculos foram dominados por problemas relacionados com o surgimento, a construção e a supremacia dos Estados-nação, o século XXI começa a estar envolvido, de forma singular, pelos problemas oriundos da emergência e da estruturação do domínio da política e da economia mundial. Em outras palavras, o século XXI começa a ser dominado pelos problemas relacionados com o surgimento e a consolidação de organizações políticas e econômicas de alcance mundial ou global.

Além disso, constata-se que o fenômeno da globalização do mundo não é algo, como normalmente se imagina, que vai acontecer apenas no futuro - próximo ou não -, mas sim uma realidade já bastante efetiva, presente, em muitos aspectos, em nosso cotidiano, no momento atual. Neste sentido, afirma Anthony Giddens que "vivemos num mundo de grandes transformações, que afetam tudo o que fizemos. Para melhor e para pior, estamos sendo empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em todos nós" (GIDDENS, 2000, p. 17).

Assim, a despeito das vivências e das opiniões de uns e outros, pode-se afirmar que a maioria das pessoas já reconhece que as principais implicações da globalização estão "presentes na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo [...]" (IANNI, 1996, p. 11). Com isto,

é possível dizer que a globalização é um fato consolidado. Em decorrência deste fato o planeta adquiriu um novo *status* (pequena aldeia) e transformou-se num território de todo o mundo. Esta transformação provocou “uma revolução global na vida corrente, cujas consequências se estão a fazer sentir em todo o mundo, em todos os domínios, do local de trabalho à política” (GIDDENS, 2000, p. 23). Além do mais, as mudanças que nos afetam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, se fazem sentir um pouco em toda a parte e padronizam o mundo em escala global.

O presente trabalho, partindo desta nova configuração do mundo, se pergunta se com isto resta superada a questão do colonialismo e, portanto, também a divisão do mundo em países centrais e países periféricos. A resposta, infelizmente, é negativa. Este fato fica ainda mais evidente se recorrermos às formulações teóricas de Immanuel Wallerstein e seu conceito de sistema-mundo (2012).¹ De fato, a obra do autor nos permite verificar que várias regiões do mundo permanecem (como é o caso da América Latina) atualmente sob domínio (direto e indireto) dos países colonizadores do eixo eurocentrista e norte-americano, seja sobre o viés econômico, político, cultural e, de forma mais preocupante, na formulação intelectual.

Nesse cenário, a nova colonização busca os mais diversos objetos de seu intento, desde mão-de-obra com baixo custo, matéria-prima, recursos hídricos, novas fontes de exploração (biológica: fauna, flora e animal) e mercado consumidor. Destarte, não se está frente a meras negociações emergidas da transnacionalização, mas de estratégia financeira calculada, para atender interesses de determinados Estados do centro, utilizando-se de países ditos de periferia. Em síntese, o fenômeno da dependência permanece e se apresenta nesta nova realidade de forma mais sofisticada (neocolonialismo). Assim, é possível verificar que o referido neocolonialismo reforça a agenda dos países centrais e tem como objetivo manter seu poder, seus interesses e seus estilos de vida.

2 Modernidade e pluralismo

A elaboração intelectual do processo de modernidade forneceu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir esse conhecimento, que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: moderno-colonial, capitalista e centrado nos países ricos. Essa perspectiva e modo concreto de gerar conhecimento se reconhece como eurocentrismo. O fenômeno está enraizado nas questões cotidianas, sejam sua natureza jurídica, política e econômica ou intelectuais. Neste sentido, é possível dizer que as regiões periféricas, como a América Latina, se mantêm como lugares tradicionais de fornecimento de produtos primário para os países ditos de centro e, em contrapartida, consomem os seus produtos industrializados, muito mais caros e com alto valor agregados.

No que se refere ao mundo acadêmico, da mesma forma, é possível dizer que a produção do conhecimento nas cátedras latino-americanas continua reproduzindo, como regra, teses,

1 Especialmente, no sentido mais preciso dado pelo autor para a expressão, ou seja, a ênfase na unidade de análise de um sistema como sendo fundamental e a palavra ‘mundo’ não sendo sinônimo, de modo nenhum, “de global ou planetário, mas simplesmente sendo uma unidade relativamente grande (em termos de área e população) no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho. Estamos falando de ‘um’ mundo, não ‘do’ mundo.” (2012, p. 22).

tradições de pensamentos e teorias que não condizem, há muito, com a realidade vivenciada em seu cotidiano e em sua realidade. Em consequência, na América Latina, por exemplo, importa-se, consome-se e reproduz-se a ideia de que não há outra maneira de se produzir conhecimento típicas dos países centrais e que as formas de pensar além-mar são sempre melhores. Além disso, pressupõe-se que as referidas ideias produzidas nos países centrais são sempre mais profundas, brilhantes e dignas do que as produzidas por pelos pensadores nativos que, como regra, conhecem e vivenciam a realidade local e que estão imersos nas formas de vida e nas tradições de seu povo.

Este é um grande paradoxo, pois deve-se lembrar que esclarecimento (como projeto do iluminista), para autores como Adorno e Horkheimer, tem o sentido de livrar os homens da minoridade. De fato, lembram os autores citados que, “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores [de si e de seu destino]” (1985, p. 17). Além disso, defendem que a emancipação social e intelectual deve ser alcançada por todos os seres humanos, independentes de sua posição social e econômica, ampliando a consciência de sua condição no mundo ou mesmo buscando aprimorá-las. Isto seria fundamental para a ruptura dos tracionais grilhões que impedem milhões de seres humanos de terem plena consciência plena suas vidas e de seus problemas mais importantes. Este fato impede de uma forma de compreensão do mundo que impulse as suas respectivas sociedades na busca do desenvolvimento e da justiça social.

Isto não acontece, obviamente, em muitos países periféricos do mundo. Mesmo na atualidade, em que as informações e difusão de conhecimento ganhou grande volume e velocidade, não houve o referido apoderamento emancipatório. Dito de outra forma, é possível verificar que mesmo com a formação da chamada sociedade da informação não foi gerado um salto intelectual autônomo e efetivo nas regiões periféricas do planeta. Com isso, se mantém milhões de seres humanos numa situação de minoridade intelectual e com poucas possibilidades de formular ideias próprias e volta para o seu bem-estar.

Este processo falseia a realidade e cria uma grande ilusão sobre a forma de pensar os problemas. Daí a necessidade de uma crítica descolonizante. Em outras palavras, estas regiões do mundo devem procurar criticar de que modo, pensamentos ditos globais, mensurados em compilações e formas que não possuem vínculos com a realidade específica podem ter aplicação em outros lugares. Sem esta crítica, é pouco possível qualquer possibilidade de acerto, melhoria ou avanço. Esse constante enxerto nos países alcunhados de periferia e semiperiferia, causa uma rejeição intelectual a longo prazo. Além disso, o enfrentamento da realidade *versus* a teoria importadas, acirra as disparidades e necessidades dos Estados menos desenvolvidos, que mesmo ignorando toda a veracidade em relação aos ditames de seu país, alcançam os fatos e efeitos desse proceder, gerando um sentimento de insegurança quanto ao próprio futuro, seu, de sua família e de seu país.

Neste sentido, lembra Enrique Dussel que o paradigma da modernidade, de acordo com as exigências de eficácia, factibilidade tecnológica, rendimento econômico e otimização da gestão, “é a expressão de um necessário processo de simplificação por racionalização do mundo da vida, de seus subsistemas (econômico, político, cultural, etc.)” (DUSSEL, 2000, p. 61), mas que, ao mesmo tempo, se deve ter o discernimento necessário para sua contextualização e adaptação segundo a realidade local, gerando um avanço desejado.

É esta capacidade que pode preservar as diferenças e garantir o pluralismo. Este é um avanço importante, pois, como nos lembra Manuel García-Pelayo, o pluralismo se constitui numa grande conquista e deve se converter num central fator das sociedades atuais globalizadas.

Dito de outra maneira, o pluralismo é a constatação de um fato e também um valor da convivência política [...]. Sem necessidade de desenvolver amplamente o conceito, diremos apenas que ele implica dois aspectos: de um lado, um espaço de liberdade ou de autodeterminação interna para as organizações sociais; de outro, um espaço de participação ou de co-determinação nas decisões dos órgãos públicos que afetem essas organizações. (GARCÍA-PELAYO, 2009. p. 186).

Assim, fica evidente a importância da diversidade e do pluralismo, de pessoas e pensamentos, pois não somente fomenta o desenvolvimento de países e regiões, mas também proporciona liberdade e a autodeterminação dos povos. Além disso, fomenta a criação de organizações mais justas e compatíveis com a realidade local, a participação em decisões e ambientes públicos, variáveis que impulsionam a consolidação da democracia e a valorização de valores compatíveis com as particularidades de cada lugar, sem a contaminação de ideologias que perquirem apenas o apanágio de seus interesses, uma vez que “o homem nasce separado, distinto, desde sua origem, desde sempre.” (DUSSEL, 1979, p. 48).

A autodeterminação dos povos está subentendida no inconsciente coletivo nos diversos países existentes, além ter sido adotada pelas constituições democráticas (do Brasil inclusive, no art. 4º, inciso III, da Constituição Federal) e nos mais importantes tratados internacionais das últimas décadas. Além disso, integram os principais lemas e bandeiras das mais variadas lutas por libertação da dominação estrangeira e do domínio, muitas vezes sutis, por empresas transnacionais e de grupos específicos financiados pelos países centrais.

Por isso, a tentativa de, a partir dos países centrais, homogeneizar as diversas formas de manifestação da diversidade humana não pode ser aceita. É que somos diferentes uns dos outros em nossa forma de pensar e de agir e buscamos, muitas vezes, objetivos diferentes. Isto, claro, não significa que não devemos ter algumas coisas em comum, como a mesma dignidade e a mesma igualdade perante a lei. Assim, é fundamental, a partir destes pressupostos partilhados, defendermos a diferença. Neste sentido, devemos lembrar que o outro é a exterioridade de cada um de nós. E isto é assim porque

o outro é exterioridade de toda totalidade porque é livre. Liberdade aqui não é somente uma certa possibilidade de escolher entre diversas mediações que dependem do projeto cotidiano. Liberdade agora é a incondicionalidade do outro com relação ao mundo no qual sempre sou centro. O outro como outro, isto é, como centro de seu próprio mundo (embora seja um dominado ou oprimido), pode dizer o impossível, inesperado, o inédito em meu mundo, no sistema. Todo homem, cada homem enquanto é outro é livre, e enquanto é parte ou ente de um sistema é funcional, profissional ou membro de uma certa estrutura, mas não é outro. (DUSSEL, 1977. p. 50-51).

Desta forma, é fundamental a preservação das diferenças e da pluralidade da vida humana. Mas, é importante lembrar que, ao se reconhecer no outro, o homem (enquanto membro da espécie *homo sapiens*) será livre por partilhar um elemento central: a mesma identidade humana. Dito de outra forma, o reconhecimento do outro não depende da eventual homogeneização produzida pelas ordens sociais ou, mesmo, por medidas padronizadas do mercado, mas somente pelo chamado efeito espelho (LACAN, 1998). É este processo específico que gera a constituição

do eu e do outro, expandindo uma igualdade fundante entre todos. A partir deste ponto comum, o ser humano buscará compreender a sua realidade, organizar sua forma de pensar e realizar, de forma autônoma, suas escolhas.

3 A crítica ao eurocentrismo

O paradigma de que a Europa seria a produtora original da modernidade, seguida pelos Estados Unidos da América, desenvolvendo desde o pensamento racional ocidental até novas teorias sociais, tecnologias e a “verdade” mundial da sociedade global, coloca em cheque todo o processo de emancipação dos países das regiões periférica, que buscam erigir suas teorias e suas culturas, e reafirma a história dos últimos séculos de dependência e de reiteração do fato que só é válido e verdadeiro o que é produzido nos países do centro. Dito de outra forma, a percepção histórica que somente é original o que é produzido a milhares de quilômetros do local em que os problemas são vividos.

Este fato, quando analisado a partir da América Latina, deixa evidente o chamado eurocentrismo. Neste sentido, lembra Aníbal Quijano, que a estrutura intelectual “do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial do poder: colonial/moderno.” (2005, p. 125). Esta concepção, baseada nas amarras do capitalismo-consumismo dos países centrais reforça, ao tempo em que fornece subsídios para países da periferia do sistema-mundo, no fito de “alcançar” uma cognição mais elevada por ser originária do “velho mundo”, uma forma de dominação colonial pelas ideias hegemônicas.

Esta subordinação voluntária reforça a ideia de que ainda não houve a independência intelectual das regiões periféricas, continuando a estruturar a suas formas de refletir sobre a realidade nos moldes dos séculos passados, ou seja, mantendo a forma de pensar dos países colonizadores. Mas, com o avanço obtido pela tecnologia da informação e o amadurecimento de suas universidades, é inadmissível esta dependência e esta subordinação, pois que não coincidem com a realidade de cada região, sua cultura e seus problemas específicos. Isto não significa negar as importantes construções intelectuais de

toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, (2005, p. 126).

Além disso, constata-se que na própria Europa há um domínio, sobre ela mesma, proveniente de um grupo minoritário, mas influente na formação de um pensamento que formata toda a região e se expande para o mundo. De fato, pode ser observar, pragmaticamente, a dominação e controle do pensar de uma forma específica de produção do conhecimento, acomodando sociedades inteiras em uma mesma forma de pensar que leva os indivíduos a se submeterem a situações que nunca desejaram, mas que, pela ação cognitiva, aceitam voluntariamente como uma realidade imutável e vista como normal.

Neste contexto, um aspecto de maior importância é discussão sobre as condições necessárias que devem existir para a liberdade de escolha seja efetiva. É que sem o discernimento necessário, proporcionado pelo conhecimento local apropriado e pelo domínio de informações relevantes, não há como se falar em escolhas conscientes (*ou sequer em escolhas*), pois os componentes da equação estão sendo subtraídos, ocultados e distorcidos.

Neste sentido, é importante lembrar que “[...] decidir consiste em escolher conscientemente entre duas ou mais opções com a mínima margem possível de incerteza. Afinal, se esta não existir, o caminho a seguir impor-se-ia por si mesmo, sem necessidade de escolher.” (GARCÍA-PELAYO, 2009, p. 187). E nessa reflexão está o objetivo da cocolonização (ou neocolonização): impor-se de forma dissimulada, como a escolha mais acertada e válida nas situações mais importantes, quando em verdade não existe outra alternativa, pois os países periféricos estão diante de uma realidade traçada a partir hipóteses previamente construídas pelos países centrais e seus interesses de longo prazo.

Desta forma, a América Latina tornou-se um adicto das emanções da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, seja de sua cultura, que se infiltra, se instala e desmantela as tradições regionais, seja de suas ideologias fabricadas para impor um seguir incondicional. Esta submissão cega dos países das regiões periférica sobre os reais interesses envolvidos é o que, pouco a pouco, vai corroendo o que de mais valioso suas populações possuem: seus princípios, costumes, língua, comportamento, ideais e valores.

Assim, a cultura dos países do centro se universaliza e, com isto, torna-se permanente e gera uma naturalização do domínio tradicional, momento em que “nada é questionado por ninguém e todos obviamente admitem o vigente como *real*.” (QUIJANO, 1979, p. 141). Esta naturalização reforça o domínio dos países do centro político do mundo e produz uma dominação velada das regiões periféricas. Por esta razão é possível dizer que o colonialismo atual da América Latina se alicerça, em boa medida, na subordinação intelectual, resultando na aceitação da ideia de que somente é bom o que é formulado teoricamente nos países centrais (Europa ou nos Estados Unidos da América).

Na atualidade, devido a crescente interdependência entre os países e regiões, contudo, este processo abriu algumas fraturas. É que, “quando os Estados buscam promover seus interesses nacionais, tais interesses estão fadados a colidir com os de outros países” (NAÍM, 2013, p. 85). Esta colisão de interesses gera fissuras no sistema-mundo e impulsiona o “despertar” de novas formas de pensar que, se livrando das imposições tradicionalmente imposta, impulsionam, a partir das realidades locais, a construção de uma compreensão do mundo, voltada aos problemas, desafios e anseio do mundo em que estão inseridos.

Em 1955, por exemplo, esta possibilidade foi o tema central dos preparativos da Conferência de Bandung. De fato, a referida Conferência, com a participação de 29 países da Ásia e da África, estabeleceu as bases de uma visão comum do futuro, sem colonização e distante “das principais macro-narrativas ocidentais.” (MIGNOLO, 2019, p. 14). Este passo inicial foi fundamental, como lembra Walter Mignolo, para a produção de novas epistemes, não mais formulada em dualidades tradicionais dos países centrais (como países capitalistas e comunistas), e sim fundadas na construção de uma razão descolonial, comprometida com os processos de desenvolvimento dos países das regiões periféricas.

A emergência desta nova forma de pensar o mundo, de origem terceiro-mundista, se conectou, por sua vez, com a “consciência migrante” da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte e produziu um “pensamento descolonial e fronteiriço.” (MIGNOLO, 2019, p. 16). Em consequência deste fato, lembra Wallerstein que

[...] isso significa que o sistema-mundo moderno está atualmente em crise sistêmica, por que estamos vivendo uma época caótica e dividida e, portanto, estarmos em termos coletivos, no meio de uma luta global sobre o tipo de sistema-mundo que queremos construir para substituir o sistema-mundo em colapso em que vivemos. (WALLERSTEIN, 2007. p. 88).

A constatação que o sistema-mundo vive uma crise relevante é um fato importante, pois pode colocar a possibilidade de uma ruptura profunda do ciclo tradicional de seguimento, cópia, reprodução, falha, seguimento que impede qualquer possibilidade de construção de ideias alternativas e de colaboração e de cooperativismo entre os países da regiões periféricas (WALLERSTEIN, 2002). Mas, para isto será fundamental a consolidação de uma nova forma de pensar os principais problemas e as diferentes formas de emancipação social. Neste contexto, terão um papel relevante as Ciências Sociais. É que se quisermos fazer avanços neste processo, esta grande área do conhecimento terá que “superar a herança eurocentrista que tem distorcido as suas análises e sua capacidade de lidar com os problemas do mundo contemporâneo.” (WALLERSTEIN, 2002, p. 205). Este é um desafio imenso e pressupõe formulação de um novo paradigma.

4 A luta pela mudança de paradigma

O sistema-mundo, no formato em que opera entre os países do mundo ocidental e, em consequência, na América Latina, demonstra a necessidade inadiável de uma mudança de paradigma que levem a formulação de uma nova forma de pensar, de agir e de perceber a realidade cotidiana dos países da periferia do sistema. Esta mudança pode levar a ruptura de sua condição subalterna dos países em questão, uma vez que eles passem a

[...] perceber que sua inferioridade é uma ficção criada para dominá-lo, e se não quer ser assimilado nem aceitar com a resignação “a má sorte” de ter nascido onde nasceu, então desprenda-se. Desprender-se significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e resubjetivar-se. (MIGNOLO, 2019, p. 19).

A ficção criada para manter a colonização histórica no momento atual utiliza o argumento de inferioridade, de uma suposta “desvantagem”, seja geográfica, linguística ou intelectual dos países da periferia. É este fato que viabiliza a afirmação de que somente o pensamento gerado nos países do centro político do mundo poderá ser considerado válidos. Assim, coloca os países da periferia numa posição subalterna e de busca constante por alcançar, para ser considerado membro de um grupo de países seletos, determinada forma de pensar.

Isto é um grande erro e leva, em consequência, os países em questão ao abandono de suas origens, tradições e culturas. Assim, os países da periferia abandonam a possibilidade de um caminho de autonomia e deixam de contribuir para a solução de problemas locais e também de

criar alternativas para o próprio sistema-mundo. O resultado é extremamente negativo para todos os países, pois “o sistema, tende a totalizar-se, a autocentrar-se, e a pretender, temporalmente, eternizar sua estrutura presente.” (DUSSEL, 1977, p. 55).

Assim, não se pode mais, nos dias atuais, concordar com este domínio e com esta submissão. Temos, então, que romper com a ideia que os países centrais são os produtores originais e únicos do conhecimento e da modernidade. Isto evitará recair sobre os mesmos uma supervalorização e a formação, como lembra Aníbal Quijano, de um “ego individual diferenciado” (2005, p. 125). Dito de outra forma, devemos defender que as principais conquistas da humanidade são uma construção coletiva e envolve a contribuição de várias regiões do mundo. Desta forma, a iniciativa e desenvolvimento do pensamento humano é formado pela contribuição da humanidade e não de uma região específica. Esta é uma convicção irreal, inócua, inverídica e temerária.

A episteme que deve ser produzida a partir de agora precisa, portanto, ocorrer de forma plural e não mais localizada em determinadas regiões do globo, “porque o conhecimento é criado e é transformado de acordo com desejos e necessidades particulares [, das diversas regiões do mundo].” (QUIJANO, 2005, 2019, p. 24). Assim, deve-se superar a doutrinação dos países do centro, que geram a alienação de propósitos e a aceitação de uma forma de pensar que garantem a manutenção de seus interesses e sua hegemonia política. Neste sentido, como afirma Aníbal Quijano, “hoje diríamos que, mais que ‘nos modernizar’, a orientação é para ‘nos naturalizar’.” (QUIJANO, 2005, 2019, p. 24).

É esta mudança que nos possibilitaria a incursão necessária, na cultura e realidade regional e local de diversos países historicamente reféns de um pensar eurocentrado, para a produção de um projeto de emancipação social das regiões periféricas e seu desenvolvimento. Isto não significa, em hipótese alguma, que os países periferia devem se isolar. Ao contrário, eles devem pensar a suas especificidades num mundo de globalidade. Nesse sentido, lembra Wallerstein que devemos ter clareza que globalidade é diferente da noção de globalização. Globalização se refere “a processos declaradamente novos, cronologicamente recentes, nos quais os Estados, diz-se, *já não são mais* unidades principais de decisão política” e que tem o sentido de expressar a formação de “um mercado mundial, entidade certamente reificada e um tanto mística].” (WALLERSTEIN, 2002. p. 235). Globalidade, por sua vez, pressupõe a integração autônoma entre os Estados, trocas comerciais justas, respeito a diversidade e o diálogo intercultural.

É somente esta integração autônoma que poderá evitar a continuidade das formas coloniais do poder e a hegemonia tradicional dos países do centro político do mundo. Além disso, é somente esta forma de pensar o mundo (uma globalidade democrática) que terá que romper com agenda pré-definida pelos países do centro, que representam uma intervenção velada e que querem continuar a estabelecer, de forma homogeneizadora, um padrão de vida comum de todos os povos do planeta. Romper com este processo é fundamental, pois é a condição necessária para que seja possível a construção de uma alternativa à simples a integração subalterna das regiões periféricas ao poder mundial. (QUIJANO, 2005, 2019, p. 24). Esta é a primeira condição para a construção de um projeto próprio e para o desenvolvimento dos países das regiões periféricas.

Fora desta alternativa, restará à perda da identidade individual e coletiva e a consolidação de uma forma de pensar e de ser subalterna e colonizada. Isto garantirá a continuidade da dominação dos países do centro e a expansão das “tendências” de consumo, de estética, de valores

alinhados e patronizados em todas as partes do mundo. Assim, as diferenças entre os países ou região continuarão a ser sufocadas e invisibilizadas. O resultado deste processo será a ampliação da massificação alienante e subserviente já em curso e a consolidação de um sistema-mundo dominado pelos países centrais e por uma forma de vida padronizada pelos valores hegemônicos dos mercados em expansão.

5 Considerações finais

O fenômeno analisado no presente artigo demonstra a permanência do domínio de várias regiões do mundo, em especial da América Latina, pelos países centrais (Europa e América do Norte). Isto ficou claro quando se analisou as consequências de uma forma pensar tradicional que continua arraigada nos países das regiões periféricas. Assim, as regiões periféricas continuam aplicando fórmulas econômicas e políticas criadas nos países do centro político do sistema-mundo e que, apesar de sua sofisticação, não destoam, em sua essência, da forma tradicional do colonialismo, ainda que venham rotuladas de ideias atuais. O resultado da aplicação destas ideias é sempre a manutenção de baixos níveis de desenvolvimento e a exclusão social de grandes setores da sua população.

Além disso, as regiões periféricas permanecem entorpecida pelas ideologias apresentadas como verdades absolutas, como vemos atualmente em muitos países da América Latina, sejam elas consideradas conservadoras ou progressistas. A estratégia é quase sempre a mesma: produzir a distração e dar falsas soluções para os problemas. O resultado é quase sempre a manutenção do domínio de grupos econômicos e das empresas dos países do centro. Assim, o domínio permanece intacto e os lucros são gigantescos.

Isto fica muito mais evidente quando analisado a partir das contribuições teóricas de Immanuel Wallerstein e de outros autores importantes do pensamento descolonial. De fato, estas formulações teóricas ajudam a aprofundar a análise do processo de manutenção do poder dos países do centro e a reiteração da subalternidade dos países da periferia do sistema. Isto, como já foi referido, não pode mais ser aceito e devem ser construídas nova e sólidas formas de desenvolvimento e de inclusão social. Este é o grande desafio dos países periféricos, como os da América Latina, no decorrer do Século 21.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do conhecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação Latino-Americana**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. **As transformações do estado contemporâneo**. Tradução de Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: O que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LACAN, Jacques-Marie Émile. **O estádio do espelho como formador da função do eu**. In: J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. Revista Epistemologias do Sul. 1 (1). Foz do Iguaçu, 2017. p. 12-32. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>. Acesso em: 15/10/2019.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder**. São Paulo: LeYa, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VICENTE, Jacson Bacin. **Transnacionalismo e interdependência: das desigualdades sociais a perda de legitimação democrática**. Artigo publicado no I Congresso Internacional de Jurisdição Constitucional, Democracia e Relações Sociais e I Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. PPGD, da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF). 2017. Disponível em: <http://www.editora.upf.br/index.php/e-books-topo/37-direito-area-do-conhecimento/175-anais-i-congresso-internacional-de-jurisdicao>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A., LIMA VIEIRA, R., & FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp.17-28.